

A visão ecossistêmica sobre uma experiência na Amazônia: O Centro Popular do Audiovisual na Caravana “Teles Pires”

BOTELHO, Jéssica Tainah da Silva¹
MARTINS, Rosimeire de Carvalho²
Universidade Federal do Amazonas

Resumo

O presente artigo busca analisar a experiência do Centro Popular do Audiovisual (CPA) na Caravana Teles Pires através da visão ecossistêmica, apresentando a base teórica do pensamento sob o qual se assenta este recente paradigma científico. Apresenta a interconexão de problemas sociais e ambientais no contexto da Amazônia por meio dos ecossistemas comunicacionais em que se desenvolvem, bem como traçando uma reflexão acerca da interface entre comunicação e educação para a promoção da cidadania com vistas à autonomia dos indivíduos e pautada na luta de movimentos sociais em um espaço não-formal de educação.

Palavras-chave: Ecossistemas comunicacionais; Amazônia; Comunicação popular; Educação não-formal.

Abstract

This article aims to analyze the experience of the Center of the Audiovisual (CPA) in the Teles Pires Caravan through the ecosystem view, presenting the theoretical basis of the thinking that underlies this recent scientific paradigm. It presents the interconnection of social and environmental problems in the context of the Amazon through the communicational ecosystems in which they are developed, as well as drawing a reflection on the interface between communication and education for the promotion of citizenship with a view to the autonomy of individuals and based on the struggle of Social movements in a non-formal space of education.

Keywords: Communicational Ecosystems; Amazônia; Popular communication; Non-formal education.

Introdução

Ser amazônida é característica que vai além do nascimento de uma pessoa na Amazônia enquanto localização geográfica. Ser amazônida é desenvolver uma identidade por meio da afetividade com a região, a partir da compreensão da dimensão sociocultural, diretamente ligada à diversidade ambiental dessa floresta que abriga a maior bacia hidrográfica do planeta. Desde crianças somos iniciados em tradições que nos ligam às mais diferentes formas de vida da região: é dos indígenas que herdamos parte significativa dos hábitos culinários, é nossa relação com os rios que nos conecta aos ribeirinhos.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas

² Professora-convidada do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas

A objetividade que a ciência pede talvez nos tenha endurecido e nos levado a desconsiderar essa afetividade como fonte de conhecimento quando nos propomos a desenvolver pesquisa na e sobre a Amazônia. Os paradigmas e modelos científicos por muito tempo ignoraram os saberes tradicionais e populares de povos antes vistos apenas como objetos de estudos, denotando uma relação voraz e nada recíproca entre sujeitos de um mesmo espaço.

O presente trabalho busca analisar a experiência do Centro Popular do Audiovisual (CPA) na Caravana Teles Pires à luz da visão ecossistêmica, proposta como novo paradigma científico para desenvolver pesquisas a partir da percepção da interconexão dos diversos sistemas autônomos e interdependentes de um mesmo ambiente, de forma que possibilita o resgate da relação do amazônida para com a sua região através de seus atos comunicativos. Para isso, fazemos um breve passeio pela constituição da visão ecossistêmica, apresentando ao leitor a concepção unificada de Capra sobre a vida (2014), o pensamento complexo de Morin (2007) e a autopoiese de Maturana e Varela (1995).

A comunicação e a educação são dois sistemas fundamentais para sociedade, visto que foi por meio de ambos que a humanidade foi capaz de evoluir ao longo dos séculos e estabelecer relações de dialogicidade e inteligibilidade. Essa interface é percebida na construção e no desenvolvimento do projeto político pedagógico do Centro Popular do Audiovisual, organização social baseada em Manaus e que tem atuação voltada para formação cidadã da juventude através da comunicação popular.

Para localizar os conceitos da visão ecossistêmica em uma experiência pela comunicação amazônica foi necessário estabelecer algumas comparações que dizem respeito à forma como o sistema político e o poder econômico do Brasil se relacionam em prol de empreendimentos que estão degradando o meio ambiente e a cultura das populações tradicionais. A ciência, sobretudo a que se debruça sobre os processos comunicativos, não pode se furtar às críticas de situações de violações que a comunicação, enquanto ferramenta e meio de informação (ou desinformação) na sociedade, colabora e consolida.

A visão ecossistêmica

A proposta de uma visão ecossistêmica da vida supera a fundamentação teórica de trabalhos circunscritos no campo das ciências do ambiente, da natureza, como, num primeiro momento, o leitor que desconhece essa perspectiva pode supor. Pensar a sociedade a partir da ideia de sistemas autônomos, mas interdependentes, de organismos vivos e de equilíbrio nos

revela as tramas tênues que podem existir nos subsistemas e que possibilitam situações únicas, pois se tiradas do seu contexto, do seu ambiente, perdem o sentido, a função.

Para analisar um determinado fenômeno é necessário levar em consideração as diversas variáveis que o compõem, sob o risco de tecer conclusões enviesadas, insuficientes acerca de uma dada realidade. Segundo Capra (2006), essa percepção “baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos - físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais” (p. 259).

A análise que despreza os vários elementos e contextos que uma situação contém e aos quais está inseparavelmente associada nada mais é que o pensamento fragmentado e fragmentador, criticado por Morin (2007), principalmente no que se refere ao desenvolvimento de um pensamento complexo. O autor defende que é necessário haver uma superação do pensamento que isola, que separa e, para isso, sugere a “integração sistêmica³” - que engloba em várias dimensões várias realidades. Ou seja, um sistema só pode ser compreendido se nele incluirmos o meio ambiente. Nesse sentido, Morin (2007) busca sensibilizar para “as enormes carências de nosso pensamento” e para compreensão de que “um pensamento mutilador conduz necessariamente a ações mutilantes” (p. 15).

Talvez nos últimos anos da presente década esteja mais evidente que os problemas sociais e ecológicos, no Brasil, estão atrelados ao sistema político e que este, por sua vez, é submisso às influências do poder econômico. Os escândalos de corrupção envolvendo grandes empresas e partidos políticos, as manifestações verde-amarelas também financiadas pelo setor privado e por partidos políticos, a proposta de reforma da previdência, a reforma do Ensino Médio, o projeto de terceirização e o próprio impeachment da presidente Dilma Rousseff - que foi o momento mais emblemático e catalisador de todo esse cenário - apontam para uma rede de interações e interesses que estão subjacentes à vida dos brasileiros. Não há como pensar sobre o perfil dos estudantes universitários sem refletir sobre questões de acesso à educação e distribuição de renda, assim como é possível traçar a partir das mesmas questões as raízes de movimentos culturais de periferias urbanas que expressam seu descontentamento ante as discriminações e problemas sofridos diariamente, aqui podemos citar o *hip hop* e o *funk* como expoentes de uma contracultura nacional. Enfim, por mais que a visão ecossistêmica não seja cognoscível à maioria da população e ainda que cause algum estranhamento à própria comunidade científica, decerto consegue-se estabelecer tais ligações e enxergar como o conjunto delas interfere no seu cotidiano. Para Capra e Luisi (2014), é possível concluir que os problemas atuais estão interligados:

³ MORIN, Edgar . **Introdução ao pensamento complexo**. Porto alegre, RS: Editora Sulina, 2007.

Quando examinamos o estado em que o mundo se encontra nos dias de hoje, o que se destaca com mais evidência é de que os principais problemas do nosso tempo - energia, meio ambiente, mudanças climáticas, segurança alimentar, segurança financeira - não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, e isso significa que estão todos interconectados e são interdependentes. (p. 447)

Em todas as situações apontadas anteriormente, bem como nas relações estabelecidas entre os sistemas, social, político, econômico e cultural do País, não se pode ignorar que a comunicação, também como um sistema autônomo e interdependente, desenvolve seus processos e implica também transformações no conjunto dos sistemas mencionados. E, pensando a partir da Teoria dos Sistemas de Luhman (1997), que empresta de Maturana e Varela (1995) o conceito de autopoiese⁴, a comunicação é capaz de gerar novas comunicações que, por sua vez, estão sujeitas às possibilidades de aceitação ou recusa e, assim, podem abrir ou fechar o sistema. De acordo com Kunzler (2004), se não houvesse a produção sucessiva de comunicações, os sistemas sociais não existiriam:

É curioso que esse tipo de sistema mantenha-se e, inclusive, multiplique-se, uma vez que a comunicação é um acontecimento improvável, tendo em vista três ordens de impedimentos que ocorrem quando: a) não há a compreensão, b) a mensagem não chega ao interlocutor e c) a comunicação não é aceita. Tais impedimentos são combatidos com a ajuda de alguns *media*, que são a linguagem que facilita a compreensão, os meios de difusão que aumentam a probabilidade da mensagem chegar aos interlocutores e aos meios de comunicação generalizados simbolicamente que aumentam as chances de aceitação do evento comunicativo. (p. 132)

Apreender a visão ecossistêmica e o pensamento complexo nos auxilia a observar, a pensar e até a problematizar o objeto de pesquisa em comunicação com outro olhar, já que a própria comunicação se dá em um ambiente social e cultural, cuja construção é influenciada e possibilitada pela circulação e significação de mensagens e informações resultantes do envolvimento de todo esse sistema e seus participantes em processos de cognição, interpretação, inteligência e do estabelecimento de relações tanto no seu interior quanto no exterior. Para Feitoza (2011), se estabelece, assim, uma rede de interação fundamental para o ecossistema comunicativo:

Significa que o ambiente que a envolve [a comunicação] é constituído por

⁴ MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. São Paulo: Editorial Psy II, 1995.

uma rede de interação entre sistemas diferentes e que estes, embora diversos, dependem um do outro para coexistir. Significa ainda que modificações nos sistemas implicam transformações no próprio ecossistema comunicativo, uma vez que este tende a se adaptar às condições do ambiente, e, no limite, na própria cultura. (p. 51)

Assimilar a comunicação a partir das possibilidades dos seus processos é pensar sob a perspectiva da visão ecossistêmica. Esse entendimento supera os estudos dos meios tecnológicos sobre os quais muitos pesquisadores focaram suas pesquisas nos primórdios da consolidação da comunicação enquanto campo científico.

Trazendo esse pensamento para a Amazônia, é fundamental que nós, amazônidas, consigamos perceber essa unidade integrada de sistemas em que estamos inseridos e que suporta vários tipos de organismos naturais, sociais, culturais e tecnológicos, proporcionando uma gama imensamente variada de relações interdependentes e compondo um ecossistema único, inclusive sob o viés comunicacional. Colferai e Monteiro (2011) denotam essa percepção e ainda apresentam dois referenciais teóricos importantes para esse pensamento:

Qualquer abordagem da Amazônia deve assumir a indissociabilidade entre a natureza e o homem, seja ela uma relação de integração ou de intervenção, pois se trata de aspecto fundamental para entendê-la. Para tal, acreditamos que as modernas teorias da complexidade e ecossistêmicas, que envolvem os mais diferentes campos do conhecimento, devem ser consideradas e tomadas como ponto de partida para a pesquisa em comunicação na Amazônia. (p. 34)

A assunção de uma postura de protagonismo amazônida na pesquisa em comunicação, possível a partir das relações de identidade e afetividade para com esta região e que contribuem para a atenção a detalhes, porventura, despercebidos em outros trabalhos científicos, nos impõe a missão de olhar e pensar a comunicação na e da Amazônia por meio de suas singularidades culturais, naturais e sociais que também estão inseridas num contexto maior, nacional e global, nos servindo da visão ecossistêmica aqui proposta.

O Centro Popular do Audiovisual: interface entre comunicação e educação

O Centro Popular do Audiovisual (CPA) iniciou suas atividades em meados de 2016, mas sua trajetória de criação remonta à história do Coletivo Difusão, que nasceu da vontade de um grupo de jovens da periferia manauara em produzir cultura fora do eixo comercial e integrando todos os tipos de arte, O audiovisual, tanto como produção experimental quanto como debate, logo se tornou um dos principais focos do Coletivo. Desenvolver a formação em

comunicação popular e audiovisual da juventude amazônida para além das habilidades técnicas, com uma perspectiva voltada aos Direitos Humanos foi uma necessidade patente, observada pelo grupo. Ao longo dos dez anos em que se desdobraram em diversas frentes, inclusive originando outros grupos, o Coletivo Difusão maturou a ideia de criar esse espaço de formação libertária até encontrar subsídios que o permitisse, de fato, implementá-lo.

A partir daí, com o auxílio de colaboradores e parceiros de diferentes contextos e segmentos profissionais, o Centro Popular do Audiovisual passa a desenvolver suas primeiras ações enquanto organização social em torno do objetivo de provocar a juventude a comunicar-se, através de diferentes meios, com autonomia e exercendo seu papel enquanto agente social. É nítida a compreensão dos integrantes sobre uma identidade amazônida e quanto à necessidade de articular suas ações e seus projetos para além do ambiente urbano. Essa postura configura, segundo Gohn (2010), uma característica dos movimentos sociais progressistas que atuam em prol de uma agenda política emancipatória e que, para isso, “realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. Atuando em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (p. 14-15).

Por meio da análise de conteúdo das publicações em sua página no *Facebook*, é visível que as ações do CPA são realizadas em conjunto com outras organizações sociais e até mesmo instituições estatais, o que nos revela o caráter ecossistêmico do seu desenvolvimento, ratificado em seu projeto político-pedagógico. Apesar de ter uma gestão própria e autônoma, o Centro Popular do Audiovisual identifica outras iniciativas com as quais possa associar-se e, assim, se conectar às juventudes ribeirinha e indígena – dois panoramas fundamentais na formação da sociedade e na cultura da região:

Com uma base em Manaus, trabalha os cursos de formação e em outras cidades da Amazônia e atua com projetos de formação em conjunto com grupos, redes e movimentos sociais. O CPA além de trabalhar formação, busca estimular em sua atuação a construção e o fortalecimento de redes de comunicação na Amazônia que trabalham questões socioambientais, diversidade cultural e direitos humanos na região. (Projeto político-pedagógico do Centro Popular do Audiovisual, 2016, p. 3)

Na perspectiva educacional, o Centro Popular do Audiovisual apresenta uma alternativa para lacunas na formação de cidadãos e cidadãs conscientes da importância de compreender a realidade política e social. No entanto, é preciso destacar que a organização não menospreza o trabalho desenvolvido nos espaços formais de educação (escolas e

universidades), mas complementa e até colabora com estes por entender as questões políticas e econômicas a que estão vulneráveis e que interferem diretamente na qualidade da formação oferecida.

Para Peruzzo (1998), a elaboração de parcerias entre as organizações sociais, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, empresas, organizações não governamentais (ONGs) e outras instituições pretende obter uma eficácia ainda maior na solução de problemas concretos através de canais que potencializam diversas práticas, seja apresentando propostas, contribuindo para formulação e execução de projetos e programas ou interferindo positivamente “para que as políticas públicas sejam direcionadas em conformidade com a necessidade e os anseios da população” (p. 43). Ou seja, no momento em que o CPA se conecta a outros atores e agentes sociais que partilham da mesma visão política, seu trabalho é maximizado para outras conjunturas.

É extensa a literatura que aponta as práticas de grupos e organizações oriundos da sociedade civil organizada como fontes abundantes no desenvolvimento de experiências, de metodologias, de políticas e de formação, destacamos as contribuições de Gohn (2006) e Barrera (2016). Ponto de embate acerca das diretrizes curriculares desde a redemocratização, a formação com ênfase na cidadania encontra eco nas propostas desenvolvidas no âmbito não-formal⁵.

Com o intuito explícito de atuar na capacitação de jovens de periferia, ênfase na conscientização sobre Direitos Humanos e combate às discriminações, o Centro Popular do Audiovisual, em Manaus, insere-se nessa perspectiva de espaços não-formais, oriundo de experiências de movimentos sociais, e que busca atender a uma demanda específica identificada por setores da sociedade civil organizada.

Nesse sentido, assenta seu projeto político pedagógico no pensamento de Paulo Freire quando propõe uma formação “fundada na ética, no respeito à dignidade e na própria autonomia do educando” e quando propicia as condições para que o educando tenha possibilidade de “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante e transformador” através de suas oficinas de comunicação e audiovisual:

Audiovisual como ferramenta de empoderamento comunitário, transformação social e de luta por direitos sociais. São com essas premissas e perspectivas que nasce o Centro Popular do Audiovisual, uma proposta originalmente incubada dentro do Coletivo Difusão e que a partir de 2016 toma novos rumos de ação.

⁵ Tendo como base o conceito de educação não-formal de Gohn (2006) como o processo de formação desenvolvido fora do espaço escolar e por diferentes tipos de organizações, sobretudo as que se constituem pela participação da sociedade civil.

(Projeto político- pedagógico do Centro Popular do audiovisual, 2016, p. 1)

Uma viagem pelo ecossistema amazônica e sua comunicação

Em fevereiro de 2017, o Centro Popular do Audiovisual participou de uma expedição a aldeias indígenas localizadas ao longo do rio Teles Pires, que compõe a bacia do Tapajós, na divisa entre os estados do Pará e do Mato Grosso. A Caravana Teles Pires foi constituída por um grupo de 13 pessoas (biólogos, antropólogos, engenheiros ambientais, lideranças comunitárias, advogados e jornalistas), durou 15 dias e percorreu cerca de 500 quilômetros, atravessando braços de rios e ramais de terra batida. O convite para integrar a expedição foi feito pelo Fórum Teles Pires⁶, com o objetivo de fortalecer, através de ações de monitoramento, acompanhamento jurídico e capacitação em comunicação, os grupos afetados pela construção de grandes empreendimentos, principalmente as Usinas Hidrelétricas, problema recorrente na Amazônia:

Desde o final de 2010, deram início aos projetos previstos para a bacia do Teles Pires, na esteira de construções como Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e Belo Monte, no Pará. Obras de alto custo econômico, ambiental e social, as hidrelétricas têm em Belo Monte o maior exemplo de quão danosas podem ser para o contexto das populações que vivem na região. (Blog do Fórum Teles Pires, 2017)

Os jornalistas Allan Gomes e Caio Mota e o produtor audiovisual Luan Rodrigues ficaram responsáveis por realizar os registros fotográficos e audiovisuais, pela elaboração de uma série de reportagens sobre a situação e pela elaboração e desenvolvimento de oficinas de comunicação nas aldeias Kururuzinho, da etnia Kayabi, aldeia Teles Pires, dos Munduruku e a aldeia Mayrowi, da etnia Apiaká. Ao refletir sobre a importância da comunicação enquanto processo necessário para que a sociedade brasileira, para além dos atingidos e envolvidos na situação, saiba os tipos e dimensão das violações que ocorrem na Amazônia, a integração do CPA à Caravana Teles Pires se insere no contexto dos ecossistemas comunicacionais, posto que compreende e manifesta no escopo das suas ações a percepção sobre as relações que interferem e possibilitam a construção, a circulação e a significação de mensagens na vida social:

Desde o começo da articulação para essa expedição, a preocupação em

⁶ O Fórum Teles Pires é uma rede de proteção da região do rio Teles Pires que agrega movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituições como International Rivers (IR), Instituto Centro de Vida (ICV), Operação Amazônia Nativa (OPAN), Universidade do Estado do Mato Grosso (Unemat) Centro Popular do Audiovisual, ativistas socioambientais, comunidades indígenas, ribeirinhos assentados da reforma agrária e pesquisadores.

desenvolver a comunicação foi constante e com uma perspectiva que extrapola o mero relato sobre a situação dos indígenas em forma de reportagem, o CPA entende que essa é uma parte importante, mas quer contribuir para que os próprios comunitários sejam capazes de utilizar ferramentas e meios de comunicação para dialogar com a sociedade e assim denunciar as violações que sofrem é muito mais proveitoso. (GOMES, Allan. Entrevista concedida à Jéssica Botelho. Manaus. 20 fev 2017)

Percebe-se tanto nas publicações quanto na fala do entrevistado o entendimento sobre uma comunicação popular que se pretende alternativa ante a desinformação acerca da situação da população prejudicada pela construção das usinas. É impossível, por exemplo, pensar a comunicação desenvolvida na Caravana Teles Pires sem considerar a dinâmica social em que está inserida. Neste ponto, há que se destacar a enorme disparidade de poder econômico e, conseqüentemente, inserção nos meios de comunicação entre indígenas, governo e as empresas responsáveis pela construção das hidrelétricas: enquanto o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia

Elétrica e os consórcios dispõem de verbas institucionais para promover as obras como indispensáveis para o desenvolvimento do País, os povos indígenas contam com a disposição das organizações sociais que atuam no ativismo socioambiental e que estão alerta para o que vem acontecendo na região. Apenas para ilustrar, em uma rápida busca na Internet encontramos diversas notícias e até seções inteiras dedicadas aos órgãos dentro de portais jornalísticos, a exemplo do site G1⁷ e o site institucional da Hidrelétrica Teles Pires⁸.

A compreensão e a prática de uma comunicação que é também ferramenta de luta pela qualidade de vida de uma população vista como minoritária e marginalizada ou mesmo pela manutenção de direitos básicos remonta a uma corrente de estudos comunicacionais que ganhou notoriedade a partir dos anos 1970, quando o Brasil está refém de uma ditadura civil militar, enfatizando o quão imprescindível são os movimentos sociais. De acordo com Peruzzo (1998), esses estudos se debruçam a pesquisar de que forma se dá essa comunicação com o objetivo claro de representar “um grito, antes sufocado, de denúncia e reivindicação por transformações”:

Uma conjuntura em que vinha à tona a insatisfação decorrente das precárias condições de existência de uma grande maioria e das restrições à liberdade de expressão pelos meios massivos, criaram-se instrumentos “alternativos” dos setores populares, não sujeitos ao controle governamental ou empresarial

⁷ Tudo sobre a Aneel: <http://g1.globo.com/tudo-sobre/aneel/>, acesso em <27 fev 2017> Tudo sobre o Ministério de Minas e Energia <http://g1.globo.com/tudo-sobre/ministerio-de-minas-e-energia/>, acesso em <27 fev 2017>

⁸ UHE Teles Pires: <http://www.uhetelespires.com.br/site/#body>, acesso em <27 fev 2017>

direto. (p.114)

Essa “denúncia” é localizada por Canclini (1997) dentro de uma concepção que enxerga a comunicação popular como libertadora, revolucionária, portadora de conteúdos críticos e reivindicativos, apontada como alternativa aos meios de comunicação tradicionais, “a grande imprensa”. Podemos identificar essa característica no seguinte trecho da reportagem publicada no blog do Fórum Teles Pires:

Durante a 'Caravana' as lideranças de cada uma das aldeias-pólo de cada etnia evidenciaram que a implementação do Plano Básico Ambiental em Área Indígena (PBAI) tanto da UHE Teles Pires quanto da UHE São Manoel são feitas a revelia dos povos afetados, com programas que não atendem às necessidades de cada um, treinamentos insuficientes e materiais fornecidos de baixa qualidade.

Pode-se afirmar que a comunicação desenvolvida pelo Centro Popular do Audiovisual no contexto da Caravana Teles Pires está relacionada a uma visão crítica e emancipatória, característica da comunicação popular. A compreensão da dura realidade dos indígenas atingidos pelos empreendimentos hidrelétricos na bacia do Tapajós, o entendimento de que o sistema político está corrompido pela submissão ao poder econômico e que, por isso, despreza os povos tradicionais brasileiros, provocando o etnocídio de uma cultura e o desequilíbrio ambiental de um ecossistema do qual dependem milhares de vidas e uma enorme biodiversidade. Portanto, a atuação do Centro Popular do Audiovisual se encaixa na definição de Peruzzo (1998) sobre a Comunicação Popular:

Ela encerra uma crítica da realidade e um anseio de emancipação, na luta por uma sociedade justa. Como produto de uma situação concreta, seu conteúdo, nos últimos anos é essencialmente configurado por denúncias das condições reais de vida, oposição às estruturas de poder geradoras de desigualdades, estímulo à participação e à organização, reivindicações de acesso a bens de consumo coletivo. (p.125).

No entanto, ainda que os integrantes do CPA tenham elaborado um planejamento das ações de comunicação a serem realizadas durante a expedição com base na comunicação popular, tiveram de lidar com imprevistos inerentes a uma sociedade complexa, cujas características são o indeterminismo, a incerteza e as possibilidades que provocam um caos para, então, se reorganizar e possibilitar um novo reordenamento dos sistemas interdependentes. Antes da Caravana Teles Pires *in loco*, os integrantes do Centro Popular do Audiovisual só haviam estabelecido contato com lideranças indígenas que se deslocaram para

reuniões de planejamento nas “cidades- pólo”.⁹ Ao chegar às aldeias e iniciar uma aproximação e um diálogo direto com os comunitários foram surpreendidos pela reivindicação do envolvimento direto no processo de construção das oficinas de comunicação popular e audiovisual, que seriam ministradas ao longo da expedição. Diante do resultado dessa interação e com o respeito à autonomia dos indígenas, houve a compreensão de que, realmente, não havia coerência em propor uma formação em comunicação popular que não contou com a participação dos próprios sujeitos da formação, uma vez que o objetivo das oficinas era promover uma apropriação dos meios e técnicas disponíveis para construir

colaborativamente uma comunicação pautada sob o olhar dos indígenas e capaz de estabelecer o diálogo que julgam necessários tanto no seu entorno quanto para a sociedade de forma geral.

Outro fator que merece destaque na participação do Centro Popular do Audiovisual é que a proposta de comunicação para a Caravana Teles Pires contrapõe o Plano Básico Ambiental Indígena (PBAI)¹⁰ - documento obrigatório para construção de empreendimentos que utilizem recursos naturais e potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental em territórios indígenas, onde deve estar previsto uma série de compensações às populações indígenas por parte dos consórcios responsáveis pela implementação das usinas, inclusive oficinas profissionalizantes. Enquanto o CPA reconhece a importância da participação dos indígenas na elaboração das oficinas e das atividades como estratégia para comunicar de forma inclusiva e democrática, os consórcios fazem o contrário, as oficinas oferecidas como compensação pelos danos ambientais são construídas dentro de escritórios, de forma vertical, sem considerar o contexto sociocultural das populações e sem qualquer espaço para que os indígenas opinem sobre o que é feito. Ou seja, é apenas o cumprimento burocrático de uma obrigação legal.

Considerações finais

A assunção da visão ecossistêmica no desenvolvimento da pesquisa em comunicação na Amazônia nos revela uma trama de redes e sistemas interligados que são definidores de diferentes contextos e possíveis apenas no ambiente em que estão inseridos. Buscar suporte

⁹ Cidades-pólo são cidades do interior distantes das capitais que se destacam dentre os demais núcleos urbanos menores e exercem grande influência em seu entorno.

¹⁰ LIMA, Guilherme Rodrigues. Compensação ambiental de usinas hidrelétricas: Análise da gestão federal e propostas de aplicação. Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Planejamento Energético, 2015

nos escritos dos biólogos Humberto Maturana e Francisco Varella, do físico Fritjof Capra, do educador Paulo Freire, da socióloga Maria da Glória Gohn, entre outros torna mais evidente a constituição de uma expedição composta por profissionais de diferentes segmentos como antropólogos, advogados, engenheiros ambientais e comunicadores em torno do problema ambiental e social provocado pela colaboração entre a força do sistema político apoiado pelo poder financeiro de grandes empresas que culmina na construção de grandes empreendimentos nos territórios indígenas.

Perceber por onde se estabelecem e se interconectam os ecossistemas comunicacionais a todos esses sistemas (político, social, econômico, cultural e ambiental) é também admitir que a comunicação é o sistema cujas engrenagens atuam permanentemente em estado caótico, mas que se autorregula e se reordena a todo momento, estando em conflito, a comunicação é, ao mesmo tempo, inimiga e aliada dos povos indígenas. Se pensarmos a elaboração de uma comunicação popular como alternativa e contraponto às informações amplamente divulgadas na mídia hegemônica, ambas [comunicação popular e mídia hegemônica] são subsistemas que dependem desse ambiente maior que é a comunicação.

Essa visão contribui para que a atuação das organizações e movimentos sociais seja mais direta no sentido de construir uma comunicação mais eficiente porque identifica as causas, os causadores dos problemas e os sistemas circunscritos em toda essa cadeia. Também denota a importância de haver na Amazônia o entendimento e o fortalecimento de uma identidade cultural da região que se importa e considera se interconectar a atores sociais de diferentes contextos, porém no mesmo sistema integrado de organismos.

Referências

BARRERA, Tathyana Gouvêa da Silva. **O movimento brasileiro de renovação educacional no início do século XXI**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.

CANCLINI, Néstor García. ¿De qué estamos hablando cuando hablamos de lo popular? **Comunicación y culturas populares en Latinoamérica**, p. 21-37, 1987.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. **A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas**. São Paulo: Cultrix, 2014.

Centro Popular do Audiovisual. **Projeto político-pedagógico do CPA**. Manaus, 2016.

COLFERAI, Sandro Adalberto; MONTEIRO, Gilson Vieira. **Inquietações amazônicas:**

considerações para uma abordagem enativa da comunicação. Revista FAMECOS, v. 23, n. 1, p. 1-17, 2016.

GOMES, Allan. MOTA, Caio. **A carta do Tapajós: a aliança Teles Pires.** Disponível em <https://medium.com/@carta_tapajos> Acesso em 26 fev 2017

GOMES, Alan. **A experiência da Caravana Teles Pires.** Entrevista concedida à Jéssica Botelho. Manaus. 20 fev 2017.

KUNZLER, Caroline de Moraes. **A Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann.** In: Revista Estudos de Sociologia, Araraquara, 16, p. 123-136, 2004

LUHMANN, Niklas. **O conceito de sociedade.** In: NEVES, C. B. ; SAMIOS, E. M. B. (Org.). **Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano.** São Paulo: Editorial Psy II, 1995.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Porto Alegre: Sulina, 2007.

PEREIRA, Mirna Feitoza. **"Ecosistemas comunicacionais: uma proposição conceitual."** IN MALCHER, Maria Ataíde; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; FILHO, Otacílio Amaral. (Orgs). **Comunicação Midiatizada na e da Amazônia.** Belém, PA: Fadesp, 2011

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.